

Educação Musical na Diversidade: contribuição da cultura escola¹

Thelma Sydenstricker Alvares²
Universidade Federal do Rio de Janeiro
tsydalvares@gmail.com

Resumo: Este artigo discute a relação entre desigualdade social e exclusão, defendendo a igualdade na diferença. Debate a Educação Musical na Diversidade, entendendo as diferenças como expressão, e não distorção, da natureza humana. Propõe uma educação que estimule o diálogo da comunidade escolar com ações que promovam o movimento coletivo do grupo, a reflexão crítica e o protagonismo dos alunos. Ressalta a urgência dessas ações tendo em vista o aumento de manifestações homofóbicas, racistas e de casos de violência contra a mulher, entre outros, no Brasil.

Palavras-chave: Educação Musical na Diversidade; cultura escolar; empoderamento

Music Education in Diversity: contribution of school culture

Abstract: This paper discusses the relation between social inequality and exclusion by defending equality in the ones who are different. It debates musical education in diversity in which differences are seen as expression, and not as distortion of human nature. It proposes an education that stimulates the dialogue of school community with actions that promote the collective movement of the group as well as a critical reflection and students' protagonism. It points out the urgency of these actions by considering the growth, among other things, of homophobic and racist manifestations, and occurrences of violence against women in Brazil.

Keywords: Music education in diversity; school culture; empowerment

Educación Musical en la Diversidad: contribución de la cultura escolar

Resumen: Este artículo discute la relación entre desigualdad social y exclusión, defendiendo la igualdad en la diferencia. Debate la educación musical en la diversidad en la cual las diferencias son vistas como expresión, y no como distorsión de la naturaleza humana. Propone una educación que estimule el diálogo de la comunidad escolar con acciones que promovan el movimiento colectivo del grupo, la reflexión crítica y el protagonismo de los alumnos. Resalta la urgencia de estas acciones teniendo en vista el aumento, entre otras, de manifestaciones homofóbicas, racista y de casos de violencia contra la mujer en Brasil.

Palabras clave: Educación musical en la diversidad; cultura escolar; empoderamiento

Início este artigo com o relato dramático de uma criança que aqui será chamada de Júnior. Esse menino, quando tinha aproximadamente 12 anos, foi encaminhado a uma casa de passagem por ter cometido um furto. Ali ele encontrou um professor de Música, que foi significativo em sua vida.

¹ Texto enviado em 20/08/2018 e aprovado em 08/12/2018.

² Professora titular da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) onde atua no curso de Licenciatura em Música, Bacharelado em Musicoterapia e no programa de mestrado e doutorado em Educação Musical. Dedicar-se ao ensino, pesquisa e extensão no diálogo entre Educação Musical e Saúde.

Casa de passagem é um tipo de instituição que recebe menores em conflito com a lei e, como o nome sugere, é um espaço onde o infrator permanece por pouco tempo, no máximo três meses. Durante esse período, o Conselho Tutelar tenta contatar a família do menor para que esta possa recebê-lo e assumir a responsabilidade de seus atos. Em situações de conflitos familiares graves, os profissionais indicados buscam mediar os problemas a fim de possibilitar o retorno do menor à família, mas quando isso não é possível, o conselho procura outro serviço do governo que possa acolher o menor.

Júnior era oriundo da Paraíba e tinha fugido de casa. Foi para a rodovia com o intuito de ir para longe de sua família. De carona em carona chegou ao Espírito Santo, onde cometeu um furto em uma praça. A casa de passagem a que foi encaminhado oferecia aulas de Música e, segundo o professor ministrante, Júnior assistia a todas as aulas de Música da semana apesar de não demonstrar muito interesse em tocar ou cantar, mas gostava de permanecer na sala com o grupo.

O professor era uma pessoa afetuosa e que se sensibilizava a com a situação de vida dos menores, tendo uma relação amigável com eles. No entanto, Júnior também não demonstrava um afeto especial pelo professor ou por qualquer outra pessoa da instituição. Ele também não era hostil ou agressivo com ninguém e convivia bem com todos. Além das aulas de Música, o professor também jogava bola com os meninos e assistia a filmes com eles.

Três meses depois, após ter sido feito contato com um membro de sua família, Júnior foi encaminhado de volta à Paraíba. Inconformado com a decisão do Conselho Tutelar, o menino fugiu novamente de casa e pegou a estrada rumo à casa de passagem. Pegou carona em caminhões, passando muitos dias na estrada, até finalmente chegar ao Espírito Santo. Voltou para a mesma praça onde cometera o primeiro furto e, no mesmo local, cometeu seu segundo furto. Júnior já conhecia o sistema e sabia que, se furtasse no mesmo lugar, seria encaminhado para a mesma casa de passagem. Seu plano deu certo, garantindo seu reencontro com seu professor. Ao vê-lo, Júnior disse: “Gostei! Voltei!”.

O que motivou Júnior a fugir, atravessando tantos estados brasileiros, passando por privações, para retornar à casa de passagem onde sabia que não permaneceria por mais de três meses? O que havia na sala de Música que o fazia não perder nenhuma aula? Por que disse ao professor “Gostei! Voltei!”? Gostou do quê? Voltou por quê? Qual a contribuição das aulas de Música para sua vida? O que esse professor representou para Júnior?

Essas perguntas não podem ser respondidas; podemos apenas levantar hipóteses sobre aquilo que fez Júnior retornar à casa de passagem. Talvez ele quisesse ver de perto os instrumentos, a prática dos colegas com o professor para então experimentar o fazer musical. Talvez ele tenha gostado do modo pelo qual o professor se relacionava com os alunos e assistia a todas as aulas para observar as

interações. Talvez uma relação com afeto e respeito fosse algo que não tinha vivenciado ainda em sua vida e, por isso, queria observar todas as aulas. Se Júnior fugiu, pelo menos duas vezes, de sua casa no Nordeste, certamente ele tinha condições familiares complicadas. É muito comum que menores em conflito com a lei sejam vítimas de abuso físico, sexual, verbal e psicológico que provocam sua fuga de casa.

Não temos como saber o que fez com que Júnior considerasse a casa de passagem um lugar especial, mas podemos aprender com essa história que não podemos prever, ou mensurar, a importância das aulas de Música para nossos alunos. Júnior não se destacava nessa atividade nem mesmo demonstrava interesse em tocar os instrumentos. No entanto, atravessou o Nordeste, com uma estratégia que lhe garantiria sua volta àquele espaço. Afinal o “Voltei! Gostei!” foi dito somente para o professor de Música.

Alvares e Amarante (2016) defendem a Educação Musical na Diversidade, que se baseia na diferença como fato inerente à natureza humana e não como um desvio. Segundo os autores, a Educação Musical na Diversidade fundamenta-se no reconhecimento e respeito pelas mais diferentes situações e características humanas, sejam estas deficiências ou não. Eles acreditam na equidade, na validação das diferenças humanas por meio de um reconhecimento respeitoso às nossas peculiaridades, tanto individuais, quanto de grupos específicos, bem como em um posicionamento solidário diante de situações sociais e condições humanas desvantajosas.

Entendendo que a exclusão é inerente à desigualdade social e que a Educação não tem como, isoladamente, resolver essas desigualdades, os autores apontam a necessidade de políticas sociais que visem à diminuição da desigualdade social em nosso país. Histórias de vida como a de Júnior são retratos das condições dessa desigualdade da sociedade brasileira. Afinal, o reconhecimento genuíno da diversidade humana requer também critérios de justiça social, pois uma sociedade marcada por desigualdade reproduz essa desigualdade em seus espaços pedagógicos. (ALVARES; AMARANTE, 2016).

Boaventura de Souza Santos discute, de forma lúcida e perspicaz, a complexidade das diferenças humanas. Conforme o autor:

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2006, p.462).

A diversidade é uma característica da vida, da natureza, mas, historicamente, o convívio com a diferença humana caracteriza-se pelo conflito que revela embates políticos, sociais e econômicos. A Educação democrática defende a igualdade na diferença por intermédio do diálogo e

reconhecimento das situações desvantajosas dos sujeitos. Segundo Candau (2006), a Educação Intercultural entende a diferença como riqueza e defende processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos. No entanto:

O diálogo intercultural se faz cada vez mais desafiante nos diversos âmbitos em que se desenvolve. Na escola representa um desafio chamado a ressignificar currículos, práticas, dinâmicas institucionais, relações entre diferentes atores, etc., orientado a reinventar as culturas escolares. Para que esse diálogo seja possível, é necessário romper com os processos de homogeneização, que invisibilizam e ocultam as diferenças, reforçando o caráter monocultural das culturas escolares. (CANDAU, 2016, p.30)

Encontramos nas escolas grupos divididos que não se misturam, crianças que, muitas vezes, escondem aspectos de sua vida para, assim, se sentirem aceitas por seus colegas e professores. Isso nada mais é que um reflexo de uma sociedade que privilegia a formação de subjetividades individualistas e de uma Educação que favorece uma formação pouco comprometida com a consciência das situações sociais desfavorecidas. Quantas crianças e adolescentes trocam a escola pelo tráfico de drogas? Será que eles já não acreditam que a escola poderá garantir um futuro promissor? Para muitos, a pobreza e a desigualdade social na qual vivem legitimam a desesperança e o abandono da vida escolar.

O movimento LGBT+³ defende a livre expressão sexual e isso tem contribuído para mudança de comportamentos no ambiente escolar. No entanto, os conflitos aparecem quando o rapaz decide vestir saia e não calça para ir à escola, exigindo o direito de sua escolha sexual. Tal questão se torna ainda mais grave quando esses jovens escutam a notícia na TV sobre o assassinato de um gay, travesti, bissexual, ou do “estupro educativo” de uma mulher lésbica. É importante ressaltar que, frequentemente, a marginalização do sujeito engloba a soma de diferentes preconceitos, como se descreve a seguir:

Os estudos disponíveis sugerem a persistência de uma rejeição religiosa à diversidade sexual em crenças cristãs – ainda que alguns trabalhos assinalem a emergência de iniciativas que questionam doutrina e dogma conservadores sobre os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Constatamos uma complexificação deste cenário social a partir do surgimento de grupos minoritários, como as “igrejas inclusivas”, recente fenômeno ainda pouco explorado pelos pesquisadores” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013, p.69).

O movimento feminista tem conquistado cada vez mais espaços para as mulheres que lutam pelo fim da desigualdade de gênero, apesar dos direitos conquistados, estamos distantes de uma situação de igualdade de direitos entre homens e mulheres: testemunhamos um aumento do estupro

³ Este termo é uma conquista dos movimentos contra a homofobia e a favor da livre expressão sexual; envolve lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, entre outros. A classificação é feita a partir das seguintes características: sexo biológico, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação afetivo-sexual

e assassinato de mulheres em nosso país. De que maneira isso interfere na vida escolar? Será que uma menina que tem como referência mulheres em situações sociais desvantajosas, que muitas vezes incluem violência física, verbal e emocional, terá a escola como um espaço de seu empoderamento?

Mesmo quando recuamos no tempo para pensar a composição do mundo moderno, a ideia de *inclusão em desvantagem* caracteriza melhor a *subinclusão* de problemas que estão diretamente relacionados à posição das mulheres, em especial das mulheres negras e das mais pobres. (BIROLI, 2018, p.207).

Essa subinclusão, descrita por Birolí, caracteriza a vida de grande parte dos brasileiros. O movimento negro tem lutado por direitos, mas ainda constatamos preconceitos, violência e falta de oportunidades que colocam os afrodescendentes em situação de marginalização social. E a intolerância religiosa em nosso país? De que maneira ela afeta a vida escolar? E o aluno com deficiência? E a pessoa em sofrimento psíquico, que ainda é vista como uma pessoa incapaz? Acreditamos que seja apenas mais um desafio entre os já expostos. Não podemos esquecer que essas pessoas trazem não apenas seus diagnósticos, mas também histórias de vida marcadas por preconceitos relativos à raça, ao gênero, à identidade sexual ou à pobreza.

Kuenzer (2002) aponta que o processo de inserção social caracteriza-se por uma inclusão excludente que, de modo geral, se apoia em um aparato legal ainda incapaz de garantir o respeito e o direito à diversidade social, cultural, econômica e política em nosso país.

Cultura escolar e o empoderamento do sujeito

De acordo com Freire (2011), a escuta é um aspecto essencial do processo educacional que não ocorre sem a compreensão da diversidade:

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las, e se não as escuto, não posso falar *com* elas, mas a elas, de *cima para baixo*. Sobretudo, me proíbo entendê-las. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso *escutá-lo ou escutá-la*. O diferente não é o outro a merecer respeito, *é um isto ou aquilo*, destratável ou desprezível. Se a estrutura do meu pensamento é a única certa, irrepreensível, não posso *escutar* quem pensa e elabora seu discurso de outra maneira que não a minha. Nem tampouco escuto quem fala ou escreve fora dos padrões da gramática dominante. E como estar aberto às formas de ser, de pensar, de valorar, consideradas por nós demasiado estranhas e exóticas, de outra cultura? (FREIRE, 2011, p.118)

Salgado e Alvares (2016) fazem uma analogia do processo educacional com um bordado coletivo, artesanal, que se caracteriza pela contribuição de cada pessoa do grupo e pela interação de

todos, ou seja, é um trabalho baseado na escuta do outro como proposto por Freire (2011). O educador tem o papel de facilitador desse processo, incentivando a participação ativa do grupo: “Tal espaço compartilhado de ensino, onde o aluno toma para si uma responsabilidade pelo processo e uma voz ativa, também contribui para o desenvolvimento de seu protagonismo em seu processo educacional.” (p.60)

A importância da escuta do aluno descrita por Freire (2011) vai ao encontro da percepção de outro grande educador brasileiro, Rubem Alves(2001), segundo o qual a criança aprende apenas aquilo que é vital para ela: “O conhecimento é uma árvore que cresce da vida”(p.49). Ele afirma que o processo de ensino realizado por meio de programas previamente estabelecidos provocam o desinteresse da criança em aprender porque geralmente os conteúdos ensinados são dissociados da vida dela e isso torna a escola um espaço pouco significativa para o estudante.

Como democratizar nossos espaços educacionais e tornar a escola um lugar de acolhimento das diferenças e empoderamento social? Acreditamos que isso seja urgente diante de tanta intolerância às diferenças que observamos no Brasil. Precisamos trabalhar com questões da diversidade e promover ações que visam ao movimento coletivo do grupo e que enfatizam o protagonismo dos estudantes. Por exemplo, um festival de Música que possibilite a discussão da diversidade musical da comunidade escolar com rodas de conversa, com apresentações, com vídeos, etc. Um espaço aberto para todo tipo de escolha musical: músicas escolhidas por alunos, professores, funcionários e familiares. Um espaço para toda a comunidade escolar dialogar e sentir-se ouvida, respeitada e valorizada. Em nosso processo pedagógico, podemos ter uma postura ativa que contribua com a desconstrução de preconceitos ou “estranhamentos” entre os alunos, incentivando a interação dos grupos.

A título de exemplo, uma oficina de construção de instrumentos musicais incentiva os alunos a trabalhar e entender as diferentes habilidades encontradas no grupo. Se temos uma criança com deficiência na turma, que só consegue segurar o cano de PVC para que outro aluno possa traçar uma espiral na construção do pau-de-chuva, isso precisa ser valorizado. Essa será a contribuição dela na oficina. Afinal, sua vida é, e provavelmente sempre será, permeada por limitações impostas por sua deficiência. Mas isso não justifica a sua invisibilidade como ser humano. Ao contrário, essa criança nos dá a oportunidade de desenvolver a empatia, a compaixão e a solidariedade, que são as sementes para uma sociedade genuinamente democrática.

Moscovici (2010) apresenta-nos o conceito de representação social que se refere ao estudo e ao impacto das trocas simbólicas que ocorrem em nossos ambientes sociais e que estão presentes nas relações interpessoais, contribuindo para a criação da cultura de um grupo social. Quando o educador

promove a escuta e a validação das diferenças promovendo uma reflexão crítica coletiva, está colaborando para uma Educação democrática que propõe a igualdade na diferença como é defendido por Santos (2006).

Segundo Hargreaves (2004), uma das funções sociais primordiais da música reside em instituir e desenvolver o sentido de identidade do indivíduo. No entanto, essa identidade não pode estar desvinculada de uma percepção da realidade social. Isso se torna ainda mais importante em um país com tanta desigualdade social e onde temos observado um índice crescente, entre outros, de manifestações homofóbicas, racistas e de casos de violência contra a mulher. A formação de pessoas com uma consciência social solidária promove o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Afinal, “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 1987, p. 28).

Referências

- ALVARES, Thelma; AMARANTE, Paulo. Educação musical na diversidade: um caminho para a ressignificação do sujeito em sofrimento psíquico. In: ALVARES, Thelma; AMARANTE, Paulo (Orgs.). *Educação Musical na Diversidade: construindo um olhar de reconhecimento humano e equidade social em Educação*. Curitiba: CRV, 2016, p. 17-42.
- ALVES, Rubem. *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas: Papirus, 2001.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CANDAUI, Vera Maria. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura Santos e a Educação Intercultural. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.32, n.1, p. 15-34, 2016.
- _____. (Org.) *Educação Intercultural e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HARGREAVES, David; MIELL, Dorothy; MACDONALD, Raymond. What are musical identities and why they are important? In: HARGREAVES, David, MIELL, Dorothy and MACDONALD, Raymond (Orgs.) *Musical identities*, 1-20. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- KUENZER, Acacia Z. Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C. et al. (Orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores associados, 2002.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Investigações em psicologia social. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. *As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidade LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SALGADO, José Alberto; ALVARES, Thelma. Refletindo sobre práticas musicais educativas, diferença e emancipação. In: ALVARES, Thelma; AMARANTE, Paulo (Orgs.). *Educação Musical na Diversidade: construindo um olhar de reconhecimento humano e equidade social em Educação*. Curitiba: CRV, 2016, p. 17-42.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.